

VARADOUROS ACHADOS PARA PENSAR UMA GEOGRAFIA INDÍGENA ¹

Alessandra Severino da Silva Manchinery²

Maria de Jesus Morais³

Adnilson de Almeida Silva⁴

RESUMO

Varadouros achados para pensar uma Geografia indígena, são caminhos percorridos em busca de autonomia nas ciências para construir uma Geografia dos povos originários. A procura incessante por contribuir com os povos indígenas têm sido o principal foco de nossas pesquisas. O artigo objetivou arquitetar aproximações geográficas do pensamento-saber indígena e a ciência geográfica, e também visa incansavelmente apontar varadouros para decolonizar a Geografia egocêntrica e os muitos modos insensíveis que esta tem em relação à ótica geográfica das pessoas indígenas. Como justificava, relata-se que é quase raro um geógrafo (a) indígena sugerir uma ideia com seu próprio pensar, no entanto, propõe-se neste trabalho dar ênfase para agregar o conhecimento ocidental e abrir portas para o saber-conhecimento dos povos originários.

Palavras-chave: Saberes-conhecimentos Indígenas, Geografia, Pan-Amazônia.

RESUMEN

Espacios encontrados para pensar una Geografía indígena, son caminos recorridos en busca de autonomía en las ciencias para construir una Geografía de los pueblos originarios. La búsqueda incesante de contribuir con los pueblos indígenas ha sido el foco principal de nuestra investigación. El artículo tenía como objetivo idear enfoques geográficos para el pensamiento-conocimiento indígena y la ciencia geográfica, y también apunta incansablemente a señalar formas de descolonizar la Geografía egocéntrica y las muchas formas insensibles que tiene en relación con la perspectiva geográfica de los pueblos

¹ Financiado pelo Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES

² Doutoranda na Programa de Pós-Graduação em Geografia Mestrado e Doutorado - Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Pesquisadora do Grupo de Pesquisas em Geografia, Natureza e Territorialidades Humanas - GENTEH/UNIR. E-mail: amanchinery@gmail.com

³ Licenciada e bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Ceará. Mestra em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Doutora em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (2008) e Pós-doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Professora do Departamento de Geografia e dos Programas de Pós-Graduação Mestrado em Geografia e Mestrado e Doutorado em Letras na UFAC. Líder do Grupo sobre Produção do Espaço na Amazônia. E-mail: mjmorais@hotmail.com

⁴ Licenciado e Mestre em Geografia/PPGG-UNIR. Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Paraná. Docente do Departamento de Geografia e dos Programas de Pós-Graduação em Geografia e Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – UNIR. Coordenador do Grupo de Pesquisas em Geografia, Natureza e Territorialidades Humanas - GENTEH/UNIR. E-mail:adnilson@unir.br

indígenas. Como se justifica, se informa que es casi raro que un geógrafo indígena sugiera una idea con su propio pensamiento, sin embargo, se propone en este trabajo enfatizar la incorporación de conocimientos occidentales y abrir puertas al conocimiento de los pueblos indígenas.

Palabras-clave: Conocimientos indígenas, Geografía, Panamazônia.

INTRODUÇÃO

A busca por autonomia para (dos) os povos indígenas tem sido um desafio (um enfrentamento) de séculos de ocultamentos, invisibilidades, etnocídios e a constante luta para garantir a ruptura com o pensamento-saber de ideias e práticas colonizadoras que atingem diretamente esses povos em todo o território brasileiro. Devido às constantes ideologias colonizadoras que segregam o saber-conhecimento dos povos originários é quase raro falar/abordar sobre uma epistemologia baseada na própria construção e visão indígena. Assim, salvam-se alguns autores contemporâneos indígenas como Ailton Krenak e David Kopenawa, que embora não sejam da área geográfica, contribuem de maneira benevolente para pensar uma ciência que tenha ótica e fundamento na fala – prática – conhecimentos e na vivência desses povos.

O artigo objetivou arquitetar aproximações geográficas do pensamento-saber indígena e a ciência geográfica, e também busca incansavelmente apontar varadouros para decolonizar a Geografia egocêntrica e os muitos modos insensíveis que esta tem em relação a ótica geográfica das pessoas indígenas. Mas também que desdobre um predicamento crítico acerca das ideologias conservadoras sobre os povos originários.

Como justificava, relatamos que é quase raro um geógrafo (a) indígena sugerir uma ideia com seu próprio pensar, no entanto, propõe-se neste trabalho dar ênfase para agregar o conhecimento ocidental e abrir portas para o saber-conhecimento indígena. Para tanto, utilizamos das bases científicas como uma ponte vinculada ao pensamento indígena, que nos auxilie a reverter o conhecimento que há muito tempo tem sido colonizado.

Diante destas questões, faze-nos lembrar que a Geografia precisa dá destaque aos saberes nativos rompendo o pensamento colonial. E entender que as diversas epistemologias têm muito a contribuir e construir parâmetros que ajude a refletir sobre uma Geografia indígena. Assim o trabalho em si, descreve varadouros (caminhos) para pensar essa Geografia que parte de percepções e enraizamentos indígenas.

Diante dos fatos afirmativos, utilizou-se como metodologia levantamentos bibliográficos, experiência de vida da primeira autoria, na aldeia, como professora multidisciplinar na Terra Indígena Cabeceira do Rio Acre (AC), assim surgiu o título do artigo “Varadouros achados para decolonizar uma Geografia”, este que tem como ideia o de descentralizar esta área do conhecimento como antropocêntrica, de modo que evidencia o ser e o não-ser; mas também oportuniza para um diálogo intercultural, no sentido de reverter esta ciência colonial propagada de geração à geração como superior aos conhecimentos-saberes tradicionais de povos indígenas e povos tradicionais da/na Pan-Amazônia.

Desta maneira, destacamos também que este artigo é parte da pesquisa de campo durante o ano de 2021 na aldeia Boa União – Cabeceira do Rio Acre (AC), onde se buscou responder perguntas da Tese intitulada “*Repityawakli Himatkaletchi Manxineri Chinikantchi Geográfica na Pan-Amazônia*” (Contribuição do saber Manxineri para a Ciência Geográfica na Pan-Amazônia).

1 – Problemáticas Teóricas sobre o povo indígena

Na perspectiva de relatar sobre essa construção que é quase inexistente em estudos das diversas epistemologias, sobretudo em relação à temática dentro da Geografia, de maneira que dificulta uma construção interdisciplinar entre o pensamento-saber indígena e não indígena. Destaca-se também que devido à mistificação da figura do ‘índio’ e a reprodução da colonialidade como realidades presentes na sociedade brasileira e refletidas em muitos estudos que se referem aos povos tradicionais, é isso que faz com que muitas ciências ocultem o conhecimento indígena como contribuinte em diversas áreas.

Diante de tais fatos afirma-se que a literatura mais conhecida sobre questões indígenas geralmente é proveniente de outros campos disciplinares como a Antropologia, História e Sociologia. Todavia, o enfoque da Geografia pautado em processos socioespaciais, por meio de seus conceitos de referência, abre possibilidades de análise potencialmente interessantes e que podem contribuir para questões centrais na agenda política destes povos, mas também nas formulações epistemológicas. Acredita-se que um conhecimento mais aprofundado da produção geográfica sobre povos indígenas no Brasil pode ser de grande valia, tanto para estudantes e pesquisadores que se iniciam ou já desenvolvem trabalhos sobre temática ou similares, como para professores que atuam na educação básica. (GUERRA; ARRUIZZO, 2020, p.1)

Manuel Correia de Andrade em seu livro “O planejamento regional e o problema agrário brasileiro”, faz afirmações que apoiam com essas observações. No capítulo em que disserta sobre o processo de modernização e sua repercussão sobre as relações de trabalho no meio rural, o autor afiança que “O Brasil, quando de sua descoberta não possuía civilizações indígenas organizadas em Estados nem cidades, como ocorria em outros países da América Latina” (ANDRADE, 1976, p.132). O autor considera que a perspectiva eurocêntrica e o desconhecimento desses povos com suas diversas formas de organização social, espacial e políticas, bem como a ausência de dimensionamento das escalas dessas organizações ficam evidentes na citação a seguir, a qual apresenta cunho marcadamente generalista. (GUERRA; ARRUZZO, 2020, p.6)

Assim, entende-se que o espaço era quase desocupado, sem uma organização política mais complexa, centralizada em escala regional ou nacional, sem formação de cidades, onde uma população pouco densa e que ainda vivia na idade da pedra, dedicava-se à caça, à pesca e a coleta de produtos florestais. A agricultura de produtos como a mandioca era incipiente e os habitantes costumavam fazer migrações a procura de alimentos de acordo com as variações estacionais e com o período de colheita de determinadas frutas como o caju. “Descoberta a terra” (ANDRADE, 1976, p.132). Na sequência, o autor ressalta o desapontamento dos colonizadores portugueses diante do fato de que “os indígenas, pouco numerosos e de nível cultural muito baixo, não eram suficientes nem se adaptavam ao trabalho escravo”.

Diante disso, os autores Guerra e Arruzzo (2020) afirmam que nas breves citações é possível reconhecer, além da perspectiva eurocêntrica e evolucionista, um discurso subalternizante dos povos originários sob a infundada alegação de baixa densidade populacional (ideia dos vazios demográficos), ausência de modelos de organização política, baixo nível cultural e inadaptabilidade ao trabalho. A única contribuição que afirmações como o exposto em tal conteúdo podem gerar e reforçar o quadro de desinformação que alimenta preconceito e racismo, os quais embasam discursos e ações violentas e anti indígenas, ainda sejam recorrentes na sociedade brasileira em pleno século XXI.

Fatos esses comprovam que a falta de conhecimento sobre a realidade dos povos indígenas, de modo que perpetuam uma pirâmide de etnocida e genocida sobre os povos originários, e isso faz com suas ciências não tenha vigor frente às demais ciências, ou seja, se caracterizam como epistemícidio, em outras palavras simbolizam ainda a necropolítica.

Com isso, o pensamento moderno colonial é um pensamento abissal, que hierarquiza o conhecimento (SANTOS, 2009). Este pensamento define a impossibilidade da copresença dos dois lados da linha: norte e sul, com isso estabelece-se uma relação de centro e periferia. O

enraizamento desse pensamento, aprofundou a desigualdade na sociedade, universalizou o atual sistema hegemônico (norte global), marginalizou as demais expressões culturais e epistemológicas do outro lado da linha (sul global). (HOLANDA; SILVA; ANDRADE, 2023, p.3)

No entanto, a diversidade e pluralidade epistemológica do mundo, representada pelas epistemologias do sul, encontra expressão nos saberes expressos na ancestralidade indígena, manifesta-se saberes horizontais, bem como apresenta ideias alternativas para a decolonização do conhecimento. Nesta, concorda-se com Põcuhtô (2017, p.308) ao assentir que “esses conhecimentos estão nos mais velhos, nas outras regiões, nos outros povos, na mata, nas histórias contadas pelos mais velhos”. Assim, presume-se que as construções do trabalho intitulado do Varadouros achados, que relata a caminho que apontam a Geografia numa perspectiva indígena.

2 – Varadouros Achados

Varadouros numa perspectiva dos povos originários são caminhos percorrido no meio da floresta para chegar a determinado lugar, aldeia, ponto de caçada ou mesmo o roçado. Por essas questões dividiu-se esta discussão em quatro itens, os quais fundamentam o corpo do artigo, porque acredita-se que para chegar a um ponto de discussão do que seja a Geografia indígena, precisa-se constituir varadouros.

2.1 Varadouro 1

O primeiro varadouro é a “Territorialidades e identidade do Coletivo Kawahib da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau em Rondônia: “Orevaki Are” (Reencontro) dos “Marcadores Territoriais”, de autoria do professor Adnilson de Almeida Silva (2010), que marca um relevante diálogo intercultural, com isso dá voz-visibilidade à questão indígena como a terra, além disso discute e entende a complexidade de seus modos de vida; compreende suas territorialidades, assim como as implicações socioeconômicas, ambientais e culturais.

Além disso, este varadouro é relevante, pois abraça as representações sociais dos coletivos indígenas, suas cosmogonias e simbologias que são elementos imprescindíveis para as abordagens da Geografia Cultural e decolonial, já que decorrem desses e outros fatores que são cruciais para o entendimento não somente das identidades e territorialidades, mas também da epistemologia indígena.

Nesta perspectiva, afirma-se que as representações fazem parte do dia do povo Manchineri, as quais enraízam o modelo de vida que este povo possui. Assim, quando se aborda sobre as representações sociais para este povo, deverá ser relatada seus vários pontos de vistas.

As representações sociais são ligadas à maneira de como cada um, toma para si suas estratégias de lutas e classificação que envolvem todo o seu ser social, tudo o que define a ideia que eles têm de si próprios, todo o impensado pelo que se constituem como “nós” por oposição a “eles”, aos “outros” e ao qual estão ligados por uma adesão quase corporal. É isto que explica a força mobilizadora excepcional de tudo o que toca à identidade e fortalece a cultura e seus modos seculares de viver na floresta.

Assim é que se entende a dimensão social do povo Manchineri, as formas e particularidades das representações simbólicas que estes pensam sobre si. No entanto, ao longo dos anos foram construídos imaginários sociais sobre os povos indígenas, imaginário este que tem construções colonizadoras, ideias e percepções que os povos originários possuem uma cultura “demoníaca”. Ao pensar a cosmogonia de maneira equivocada vê-se como isto prejudica os valores sociais, organizativos e espirituais dos povos indígenas, pelo olhar colonizar de que a existência indígena e de sua concepção de mundo seja má.

No entanto, existem as características que definem essa cultura, encontrava-se na fundamentação da cura que envolve a material e imaterialidade Manchineri. Acredita-se nas forças da floresta do poder do pajé que logo se torna uma divindade entre os vivos por conhecer os poderes e ervas de cura que são associados à floresta e ao céu. Neste caso entra a figura do ancião como conhecedor secular e principal responsável pela introdução dos primeiros rituais de iniciação ao Kamalampi⁵, caracterizado por um conjunto de normas ritualísticas, músicas, fumos e ervas para se aprender.

Também se têm as cerimônias de iniciação da menina ao se tornar moça, em que tal processo ficam sob os cuidados de uma anciã, assim quando chega no dia dos festejos não é permitido aos homens verem o rosto da moça, assim há uma separação estrita dos sexos. A quebra de tal preceito normativo resulta na *panema* (má sorte, doença).

As cerimônias de passagem e iniciação de pajé, acontecem numa época de bastante caçada e colheitas, muita pesca e festa por marcar momentos importantes dentro da comunidade. Em todos os casos, a momentos se manifestavam em sociedades patrilineares e exogâmicas, pois fortalece os grupos de parentesco que encontram-se em estágio de formação.

⁵ Bebida sagrada do povo Manchineri, conhecida como Daime pelos não-indígenas.

Estes modos de passagem e iniciação mostram mais sobre a cultura e modo de vida do povo, pois reúne os parentes e todas as classes da comunidade no processo.

Assim, finaliza este varadouro, cujo breve relato são representações sociais e culturais indígenas que fazem da vida, da terra, das territorialidades como fatores cruciais de convivência coletiva.

2.2 Varadouro 2

O segundo Varadouro se desenvolve a partir de exposições do Programa Globo Rural sob o título de “Índios do Peru influenciaram o cultivo de palmito no Brasil”, o qual trouxe vários assuntos e contribuições dos povos indígenas para a culinária não somente brasileira, mas na América do sul. Uma delas foi a domesticação da mandioca *Manihot esculenta*, a outra é a domesticação do guaraná *Paullinia cupana*. Sabe-se que tanto a mandioca como o guaraná são parte integrante do alimentar cultural dos povos originários.

A mandioca é consumida junto com peixe ou carne de animais silvestres, e servida também como bebida; o guaraná por sua vez é utilizado tradicionalmente em pó por alguns povos, como os Sateré-Mawé, mas que se tornou um refrigerante regional e nacional.

Mas afinal o que conecta esta questão com um caminho para decolonizar a Geografia? Deve-se levar em consideração o fato de esses dois derivados indígenas terem ligação com sazonalidade, com a temporalidade, com a região, terra, meio ambiente e sobretudo com o conhecimento-saber indígena, e que só evidencia que este é um caminho para decolonizar a Geografia com sua própria ótica, de modo que prova, que esse saber integra a ciência dos povos originários, e sem esta, muitos derivados de hoje no Brasil provavelmente não seriam conhecidos e consumidos.

Portanto, esses aspectos serão consolidados de diversos modos e que pode ser aplicado em questões como as lógicas de plantas culturais utilizados na medicina indígena, como é o caso da *Patxa* do povo Manchineri para a cura de gastrite — é uma erva silvestre, nativa da floresta acriana, coletada e servida como chá.

A *Patxa* foi encontrada pelos antigos pajés nos remete ao conhecimento ancestral acerca da geograficidade indígena, pautado no saber sobre localização, fauna e flora, o que tem garantido assim substancialmente o uso para cura entre os Manchineri, mas também que entra como saber epistemológico do povo em questão. O saber-conhecimento sobre o meio ambiente é fato importante que refuta ideias colonizadoras que os povos indígenas não possuem ciências

próprias, ao contrário, valida as epistemes indígenas, as quais não são apenas conhecimentos tradicionais, já que comprovadamente precisam deste conhecimento secular para sobreviver, e rompe com sistemas que invalidam seus saberes.

Entra na pauta como caminho para subsidiar a Geografia indígena, como contribuinte nas diversas áreas que se processam e abarcam os conhecimentos dos povos originários. No entanto, o fato aqui é que muitos derivados fazem parte do dia-a-dia do não-indígena, a farinha de mandioca é um apreço na culinária brasileira, e didaticamente pode constar numa Geografia da culinária. Mas também os conhecimentos em torno das matas nativas em busca do açai *Euterpe spp.*, buriti *Mauritia spp.*, e patauá *Oenocarpus bataua*, representam conhecimentos dos aspectos meteorológicos, que oticamente os chamam de tempos, numa linguagem ancestral indígena.

Neste caso, precisa simplificar que os conhecimentos geográficos de povos indígenas neste varadouro, condiz sobre aspectos hidrográficos, chamados de rios, e também pedológicos, chamados de barros e barrancos pelos povos originários da na Amazônia acriana. Isto permite repensar que muitos aspectos geográficos precisam ser reestruturados, mas também alimentados nas maneiras de fazer, compreender e perceber a vida por meio da experiência desses povos.

2.3 Varadouro 3

Esse terceiro varadouro é baseado na entrevista “Genocídio e resgate dos “Botocudo””, realizada com o indígena e filósofo Ailton Krenak (COELHO; KRENANK, 2009), que apresenta uma discussão sobre a ancestralidade territorial desse povo, sua ocupação e seu modo de vida, que se conecta com a discussão da proposta. Esse debate se faz oportuno, pois mostra a história do esgotamento das minas, no atual estado de Minas Gerais, no fim do século XVIII, que ocasionou a devastação e exploração da Mata Atlântica e contribuiu para o extermínio dos “botocudos”, que enfrentavam os colonizadores.

Naquele momento houve, portanto, o genocídio dos indígenas, em que tal ação passa a ser denominado de etnocídio. Atualmente, os mais diversos povos indígenas se renascem e se fortalecem; exigem respeito pela sua identidade étnica e o atendimento de suas necessidades. No entanto em linhas gerais, essa entrevista mostra o quão o conhecimento e história desses povos foram e continuam na invisibilidade, na marginalização e suscetíveis às práticas de genocídio étnico e do epistemocídio cultural, no qual muitos saberes foram perdidos devido ao

processo de colonização, mediante à invasão de suas terras ancestrais/tradicionais, quase que completamente dizimados com as epidemias trazidas pelos “brancos”.

Esse varadouro contempla a parte em que se inclui na abordagem sobre breve histórico de ocupação dos povos na Pan-Amazônia e sua contribuição na constituição do atual território brasileiro que há séculos tem sido antagonista nos livros, nos contos brasileiros e nas realidades impostas aos povos originários.

Em Gadelha (2002. p.1) a abordagem inicia-se com as primeiras investigações acerca das missões jesuítas, dadas a importância dos fundamentos geográficos e contingenciamentos das condições do habitat sobre os povos. A consolidação dada pela leitura das obras de Jaime Cortesão, em especial *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil* (1966), traz a discussão com um fundamental capítulo acerca da Geografia e etnografia da América do Sul, em que o autor desenvolve a tese de que a posição e o espaço em que hoje se assenta o Estado brasileiro se explicam um pelo outro. Ou seja, posição e espaço facilitaram a ocupação territorial do país e, dessa maneira, beneficiaram a ocupação da hinterlândia brasileira pelos portugueses, ainda no século XVI, posse que já estaria consolidada no século XVIII. Acerca desta afirmação, Cortesão (1966, p.19), afirma que:

Um dos mais extraordinários conjuntos hidrográficos do planeta, moldado sobre o relevo do continente e abrangendo a mais vasta unidade vegetal das Américas, envolve a área da floresta tropical num imenso arco e sistema de circulação fluvial. [...] Essa coordenação lógica, de tão grande importância na formação geográfica e orgânica do Brasil, avulta logicamente, quando sobrepomos ao mapa orográfico geral da América do Sul e o das suas grandes formações vegetais.

A partir disso, começa o processo de ‘introdução’ de colonizadores dentro dos solos da região, onde viviam muitos povos indígenas com suas culturas e modo de viver livres.

No entanto, Alberto Rangel - livro *Inferno Verde* (2007) afirma que foram inúmeros escritores que passaram no território Amazônico na tentativa de explicá-lo, ou talvez, descrevê-lo exoticamente, de modo a (re)criar o imaginário ocidental. Vencer a imponente selva e seus nativos habitantes, tornou-se mais viável para estes, do que apresentar um mundo formado sobre as ruínas e aniquilamento de incontáveis populações. Em meio à tanta atrocidade, a linguagem, aliada ao discurso ficcional, torna-se um forte instrumento civilizatório de legitimação da tradição imagética e cultural europeias.



Neste sentido, é relevante constatar o quanto o sistema colonizador cria elementos que constituem o ensino, a linguagem, cultura e identidades do amazônida, por meio da análise de obras literárias identificado pelas diversas vozes, imagens e representações do cotidiano amazônico e as estratégias discursivas apresentadas, mediante identificação das motivações presente na linguagem criativa do autor (2007), o que dá assim a formulação de uma representação ficcional da Amazônia.

No entanto, amplia-se a ótica exótica mediante a percepção das peculiaridades da Amazônia e sua exuberante flora e fauna. Bem como, de sua gente hospitaleira que habita este imenso território. Existem várias narrativas da região, mas que não condiz com óticas indígenas. Os povos em si, tem um pensamento do que é Amazônia, ao contrário do modelo colonizador; os indígenas não tratam as matas como exóticas, mas como moradias fixas pertencentes aos seus ancestrais, onde se pode nascer, viver e morrer, plantado a suas sementes de gerações.

Deste modo, há uma ruptura com as ilusões subjetivas ideológicas que revelam a objetividade científica, chamada de corte epistemológico, pois existem duas percepções de existências na Amazônia, aquela construído pelos não indígenas que acabam por tornar-se enraizada num pensamento equivocado e cheios de relevos acidentados; mas também a dos povos originários que nela acreditam, a partir da chegada do “branco”, não podem mais viver de acordo com seus modelos seculares.

Precisa desmitificar a ideia de que a Amazônia é e foi habitada com a chegada do ‘branco’ colonizador, precisa-se acrescentar de que muitos povos viviam e vivem neste imenso espaço imaginário amazônico.

2.4 Varadouro 4

Neste varadouro cita-se os estudos do indígena e liderança Davi Kopenawa Yanomami, em seu livro a “Queda do céu: palavras de um xãma Yanomami” (KOPENAWA; ALBERT, 2015), que apesar de não ser autor da Geografia, faz uma análise de grande utilidade didática e saber de como abordar os conhecimentos desses povos em relação aos animais e as plantas. Embora muitos não sabem, os indígenas concebem que todos os seres vivos ou não-seres possuem espírito que proporcionam vida para cura e sobrevivência da humanidade.

Este estudo também descreve as características monstruosas da civilização ocidental como um todo e de prever um futuro funesto para o Planeta, mas, de um modo muito especial,

ele fala e dirige as pessoas não indígenas, aos brasileiros que não se consideram “índios” (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p.11). O autor deixa claro que os povos indígenas precisam ser ouvidos, que todos precisam ouvir o meio ambiente, a floresta e os animais. Assim como Kopenawa, a Geografia precisa entender que o mundo necessita produzir e entender o saber que é gerado da/na floresta para ter um bem-viver humano e em seu modo de vida. Neste caso, foi mais um ponto na construção do artigo, a relação do ser humano com os seres da floresta se dá no sentido que o primeiro necessita também aprender a se comunicar com o segundo, ou seja, dar a devida importância ao meio ambiente para as futuras gerações.

Este varadouro é estimado como ótica para decolonizar a Geografia, e poder mostrar que os saberes indígenas são um caminho que pode e contribuem com a ciência em geral, e especial a geográfica, seja no conhecimento empírico, como no conhecimento ancestral dos povos originários, visto que estes sempre estiveram presentes no dia-a-dia desde a “ocupação” da Amazônia.

Assim, surge o grito de socorro de Davi Kopewana num chamado para lutar pela mãe terra, e fazer com que as amarras da ganância deixem os povos indígenas em suas terras ancestrais. Diz respeito também ao pedido das ciências como estratégia para evocar os conhecimentos em suas grades de estudos. Deste modo, é preciso abrir esta temática dentro das ciências humanas, talvez seja um dos varadouros a contribuir contra a exploração da Amazônia, mas também desconstruir um imaginário equivocado sobre este cenário verde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Busca-se incansavelmente construir estudos sob a ótica dos povos originários, como também descentralizar a visão arcaica de que as pessoas indígenas não têm nada a construir com as ciências; pelo contrário, estes povos são conhecedores dos primórdios da natureza humana e ambiental, mas também preservadores da terra como mãe.

Diante das questões deverá ser oportunizado o aprofundamento sobre assuntos antes desconhecidos e percorrer caminhos que criam pontes para a construção de uma Geografia decolonial. Além disso, devemos dar visão à uma Geografia que abrange e respeita a visão de povos indígenas e populações tradicionais, que inicialmente pode exigir uma aprendizagem sobre as concepções das bases do pensamento transdisciplinar, que os envolve, mas que cada um possa ter informação sobre diferentes realidades, como aumentar sua bagagem e incentivo de pensar, criticar e interpretar a realidade a partir desse aprendizado com um olhar minucioso.

Acredita-se que é indispensável que muitos pesquisadores e pesquisadoras deverão transitar entre a experiência dos saberes e das diferentes realidades brasileiras. Esse caminho é o início para uma Geografia aberta, sem pontos colonizadores, mas interdisciplinar e que abrace as diferentes visões e percepções de mundos, de povos e de culturas, com o devido respeito ao modo de vida de cada ser.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA SILVA, Adnilson de. **Territorialidades e identidade dos coletivos Kawahib da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau em Rondônia: “Orevaki Are” (reencontro) dos “marcadores territoriais”**. Tese, Programa de PósGraduação em Geografia, UFPR, Curitiba, 2010, 301 p.

ANDRADE, Manuel Correia de. **O planejamento regional e o problema agrário no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1976.

COELHO, Marco Antônio Tavares; KRENAK, Ailton. Genocídio e resgate dos "Botocudo". **Estudos Avançados**, 23(65), 2009, 193-204. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10447>

CORTESÃO, Jaime. **História do Brasil nos velhos mapas**, 2 vols. (Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco/Ministério das Relações Exteriores, 1965-1971).

GADELHA, Regina Maria A. Fonseca. Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira Norte do Brasil. **Estudos Avançados** 16 (45), 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/tJZSwwSYKNrtVLJ9Wp4JQvH/?format=pdf&lang=pt>
Acessado: 12/11/2023

GLOBO NATUREZA. **Índios saterés são responsáveis pela domesticação do guaraná no AM “Domesticação do Guaraná”**. 10/10/2013. 7min10s. Disponível em: <http://g1.globo.com/natureza/noticia/2013/10/indios-sateres-sao-responsaveis-pela-domesticacao-do-guarana-no-am.html>

GLOBO RURAL. **“Índios do Peru influenciaram o cultivo de palmito no Brasil”**. 23/02/2014, 13min. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/3166464/>

GLOBO RURAL. **Edições do Globo Rural completam 13 anos**. 07/10/2013. 7min29s. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/2871284/>

GUERRA, Emerson Ferreira; ARRUZZO, Roberta Carvalho. Geografia e Povos Indígenas: um panorama da produção brasileira contemporânea. In: **Rev. NERA**. Presidente Prudente. v. 23, n. 54, pp. 115-136/Dossiê – 2020.

HOLANDA, Virgínia Célia Cavalcante de; SILVA, Rejane Maria Gomes da; ANDRADE, Gisane Monteiro de. A ancestralidade como epistemologias indígenas e decolonial na formação do professor atuante nas licenciaturas interculturais. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 27, n. esp.1, p. e023016, 2023. DOI: 10.22633/rpge.v27iesp.1.17929. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/17929>. Acesso em: 13 nov. 2023.



KOPENAWA, Davi. ALBERT, Bruce. **A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami.** Tradução Beatriz Perrone-Moisés; prefácio de Eduardo Viveiros de Castro — 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

PÔCUHTÔ, Taís. et al. Pedagogias em movimento: Rumos Mehi para a educação escolar Krahô. In: LANDA, Mariano Baéz; HERBETTA, Alexandre Ferraz. **Educação indígena e interculturalidade: Um debate epistemológico e político.** Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2017. p.295-315. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/688/o/ebook_educacao_indigena.pdf. Acesso em: 10 de nov. 2023

RANGEL, Alberto. **Inferno Verde: cenas e cenários do Amazonas.** 2.ed. Manaus: Editora Valer, 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza. **O fim do império cognitivo: A afirmação das epistemologias do sul.** Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

USP. Memorial Indígena Sateré-Mawé. **Etnográfico Memorial Indígena Sateré-Mawé.** São Paulo: FFLCH/Laboratório de Imagem e Som em Antropologia/USP, 2012. 32min28s. Disponível em: <http://lisa.ffiich.usp.br/node/76>.